

Artefatos industriais no Brasil sob a dialética hegeliana

Matheus Alberto Ramos de Freitas;

Sérgio Antônio Silva

resumo:

Este artigo desenvolve uma análise dos artefatos industriais no Brasil a partir da segunda metade do século XX, utilizando como método a aplicação da Fenomenologia do Espírito do filósofo G. W. F. Hegel. A dialética hegeliana é estruturada sob a tríade: sociedade e sua capacidade criativa, artefatos e transformações tecnológicas. Em seguida perpassa a análise histórica do contexto estudado, e a análise ética. Este processo experimental dialético atingiu um grau de complexidade, resultando e revelando problemas estruturais na industrialização brasileira que remetem a problemas anteriores ligados à marginalização de parte da população. Sendo o design um campo multidisciplinar, o artigo propõe a interação entre os artefatos industriais e uma teoria filosófica no intuito de ampliar a discussão sobre os objetos industriais e o acesso ao consumo no contexto do Brasil pós segunda guerra mundial.

palavras-chave:

Fenomenologia do Espírito; artefatos; industrialização; Hegel; Brasil

1 Introdução

Para compreender melhor os caminhos percorridos pela sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 e suas consequências para os objetos industriais no Brasil, é necessário visualizar o contexto internacional pós-Guerra e o surgimento das novas políticas econômicas globais hegemônicas que delimitaram o novo período do século XX que ficou marcado pela contrariedade:

O resultado a longo prazo dessa internacionalização econômica sob o patrocínio dos estados nacionais [hegemônicos] tem sido previsivelmente híbrido. A tensão entre ideologias nacionalistas e internacionalistas, que já se anunciava na primeira metade do século 20, vem suscitando ao longo dos anos situações bastante paradoxais e contradições quase perversas em termos políticos, sociais e culturais, com repercussões significativas para a área do design (CARDOSO, 2000, p. 154)

Sendo assim, os artefatos ou objetos industriais, frutos do design voltados para as produções seriadas, que passaram a compor a vida dos brasileiros desse período adiante, compostos de significados aderentes além dos inerentes (CARDOSO, 1998), assumiram o papel de enfatizar a realidade social contraditória brasileira de alta desigualdade social. E quando se fala em contrariedade e tempo histórico, é possível remeter à teoria filosófica moderna, *Fenomenologia do Espírito* de Hegel¹, uma dialética que contribuiu amplamente para o entendimento do mundo e suas subjetividades. Ela pode auxiliar o entendimento dos processos culturais pelos quais uma sociedade passa, além disso, esta foi a mesma teoria usada por Daniel Miller² em seu livro *Trecos³, troços e coisas* (2013) no subcapítulo (Objetificação), no qual o autor começa a estabelecer relações “[...] entre as ordens do mundo exterior e a constituição das pessoas” (MILLER, 2013, p. 84) e conseqüentemente das sociedades.

O método de pesquisa deste artigo foram análises secundárias possuindo como referência principal a *Fenomenologia do Espírito*, e objetivou apresentar novas discussões quanto ao estudo dos artefatos industriais no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

2 A teoria fenomenológica

Em 1807, Georg Wilhelm Friedrich Hegel publicou a obra *Fenomenologia do Espírito* que representou um marco para o pensamento moderno em comunhão com a transformação do mundo pós Revolução Francesa⁴, como aponta Santos no seu artigo (Rememorando a Fenomenologia do Espírito):

Ora, a Fenomenologia de Hegel não podia ser mais oportuna do ponto de vista histórico: nela a história do Ocidente foi pensada até o ponto máximo da ruptura com o mundo antigo e o nascimento da modernidade na qual nos encontramos. Isto explica (mas só em parte), o interesse que o livro apresenta até hoje; o resto da explicação (mas que constitui o ponto principal) reside na originalidade e no vigor do pensamento, que asseguram ao texto o papel de “indexador matricial” das alternativas espirituais que se oferecem ao mundo herdado por nós. (SANTOS, 2007, p. 7).

¹ Filósofo alemão nascido em 1770 em Berlim, é autor de uma das linhas de pensamento mais profunda e complexa da Cultura Ocidental.

² O antropólogo nasceu em 1954 no Reino Unido, é especialista em cultura material e pioneiro no campo da antropologia digital, atualmente é considerado o fundador da antropologia do consumo.

³ Para Daniel Miller os trecos são sinônimo de cultura material e permeia tanto as sociedades, os seres humanos e as coisas, contudo o autor utiliza a expressão em certos pontos para se referir aos objetos ou aos artefatos.

⁴ De 1789 a 1799 é considerado um momento de agitação política e econômica na França que causou impacto em todo o continente europeu e influência nas colônias das Américas por vias dos ideais emancipatórios pautados nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

Além disso, essa obra de Hegel, tornou embasamento para grandes pensadores do século XIX, como Karl Marx⁵, e do século XX, como Georg Simmel⁶, e continua no século XXI a influenciar os pensamentos. Para entender a dialética hegeliana foi usado a exemplificação de Miller, pois esta permeou as relações entre sujeito e artefatos que fazem parte desta pesquisa:

Imaginemos algo que possa representar uma condição primitiva sem consciência. Uma ameba, talvez. Mas essa ameba tem uma coisa que despende todos os seus recursos para alcançar um fim. Um impulso para ter consciência de algo que não seja ela própria. Portanto, ela postula a ideia de que existe algo do lado de fora, no mundo em que ela se move. Ao fazê-lo, ao mesmo tempo a ameba alcança uma espécie de autoconsciência. Quanto mais consciência ela tem de que há um outro fora dela, mais se torna consciente do que existe dentro de si. Isso faz da nossa ameba uma coleguinha muito infeliz, preocupada com esse mundo dividido que ela começa a compreender. Felizmente, um estágio posterior vem em resgate, no qual ela começa a avaliar que o sentido de externalidade só adveio como produto do desenvolvimento de sua própria consciência. Isso não parece tão ruim, e ela então fica uma pontinha mais reconciliada com essa relação. Uma vez reconciliada, ela alcançou um nível incrível de sofisticação (pelo menos para uma ameba), que lhe permite ascender mais um pouco até uma forma mais elevada. Ela está então preparada para ir até próximo estágio, postulando um sentido mais complexo do que existe lá fora, e assim várias vezes uma sequência similar, crescendo em sofisticação a cada estágio (MILLER, 2013, p. 85).

Miller apresenta um belo resumo da dialética hegeliana, agora se substituirmos a ameba por um corpo social e sua capacidade criativa, ou melhor, pela sociedade brasileira e suas relações com as criações dos objetos industriais e o mundo externo fazemos um recorte substituindo por objetos ou artefatos industriais, então é possível aplicar a dialética e analisar até qual nível de sofisticação chegamos. Entre o fruto da relação desses dois pares há o terceiro elemento que o processo tecnológico, ou melhor, a industrialização brasileira e sua relação com a industrialização mundial hegemônica.

Portanto, é possível estabelecer a primeira tríade da dialética hegeliana na qual de um lado há o corpo social e suas capacidades criativas e do outro os artefatos, e, desta relação, o processo tecnológico que constitui a unidade da sociedade e dos objetos.

Esta tríade em constante movimento resulta “numa concepção com significância de superação, guarda e conservação em nível superior (*Aufhebung*), com o atingimento de níveis cada vez mais determinados de conteúdo” (FERREIRA, 2013, p.179). Portanto, a dinâmica constante da tríade se torna responsável pelos crescentes níveis de sofisticação que a sociedade passa e que Hegel denominou de formação cultural ou *bildung*.

Feita essa introdução, é possível introduzir o campo histórico, que na exemplificação de Miller remete ao entendimento da ameba sobre sua ontologia. De uma civilização da condição pré-histórica à condição pós-moderna, o avanço que ocorre é a partir das experiências que vão sofisticando o corpo chamado de sociedade. O interessante é que todo processo dialético representa uma via de duas mãos, ou seja, “o que temos é o processo dinâmico ele mesmo” (Miller, 2013, p.88). O homem, seu mundo exterior e seus objetos são todos produtos do mesmo contexto histórico e social no qual estão inseridos. Portanto, não é apenas o homem que produz os objetos a partir do mundo natural, o próprio mundo exterior produz os objetos delimitando a forma de pensar do homem. Logo, os artefatos estão limitados ao contexto histórico e social no qual foram produzidos da mesma forma que os indivíduos que os criaram.

Contudo, o corpo social só é capaz de avançar superando etapas e assim dando sequência para a próxima tríade (sociedade e sua capacidade criativa, artefatos e transformações tecnológicas). Pegando o recorte histórico social do Brasil a partir da segunda metade do século XX, foi feita a

⁵ Nascido na Prússia em 1818 foi um filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário; suas obras tornaram-se referências no campo da economia ao estabelecer bases do entendimento do trabalho e sua relação com o capital.

⁶ Filósofo e sociólogo alemão nascido em 1858, tornou-se famoso ao teorizar que a sociedade é produto das interações entre os indivíduos que são concebidos como atores sociais.

análise dialética hegeliana envolvendo as novas políticas econômicas globais hegemônicas do pós-Guerra, a sociedade brasileira daquele momento, e os artefatos industriais no Brasil.

3 Globalização Neoliberal

Dado o fracasso do liberalismo com a crise de 1929 e a corrida imperialista que resultou nas duas grandes guerras mundiais devido às hostilidades nacionalistas. Foi necessário construir um novo modelo econômico que garantisse a acumulação de capital sem prejudicar de modo devastador as sociedades. Assim sendo, Cardoso nos aponta quais medidas foram tomadas:

Em 1944, foi realizada nos Estados Unidos a famosa conferência de Bretton Woods, em que 44 países signatários deram origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial como ficou conhecido. O primeiro Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, ou GATT, foi estabelecido em 1947, dando início a um longo processo de renegociação das condições do comércio internacional que acabaria resultando na criação recente da Organização Mundial de Comércio (KENWOOD; LOUGHEED, 1983, apud CARDOSO, 2000, p. 153).

Para Santos (2002) o capitalismo global é um fenômeno antigo na história das sociedades do Ocidente que ganhou força no século XV por via da expansão marítima europeia e vem alterando seu nome do decorrer da história, “descobrimientos, colonialismo, evangelização, escravatura, imperialismo [...] e, por último, globalização” (SANTOS, 2002, p. 16). Contudo, segundo o autor, globalização está além disso, sendo: “Uma expansão exponencial das relações transfronteiriças, umas voluntárias, outras forçadas, com a conseqüente transformação das escalas que têm dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura” (SANTOS, 2002, p. 16).

Retornando a Cardoso (2000, p. 153-154), percebe-se que o fenômeno do império das grandes empresas multinacionais ganhou força no período pós-Guerra, e essas empresas precisaram de políticas econômicas transfronteiriças que garantissem a expansão comercial bem-sucedida, porém de modo organizado, para manter “uma estabilidade monetária” justificada pelas organizações internacionais citadas no início do capítulo, uma estrutura político-jurídica favorável. Portanto, foi estabelecida uma relação de interesses entre as nações hegemônicas e as empresas multinacionais envolvendo os mesmos países. Isso culminaria em acordos comerciais internacionais de modo a favorecer essas empresas e nações, esta estrutura representou uma das principais forças do neoliberalismo e da globalização neoliberal, definida da seguinte forma:

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país (SANTOS, 2002, p. 30).

Será visto a seguir que a globalização neoliberal atuou em solo brasileiro provocando e intensificando as desigualdades sociais apesar do expressivo crescimento econômico que a industrialização planejada forneceu. Vale notar que o Brasil não era e ainda não é um país hegemônico, logo as políticas econômicas internacionais entraram em choque com os interesses de soberania e desenvolvimento internos.

4 Brasil Pós-Guerra

O Brasil pós-Guerra foi um momento histórico do país de fortes tensões políticas, desenvolvimento industrial e intensificação das migrações das populações rurais para as grandes cidades. E, como o direcionamento deste artigo é para os objetos industriais no Brasil, a pesquisa segue ao encontro da industrialização neste período. E tudo inicia no período entreguerras com os planos do Estado Novo sobre a governabilidade de Getúlio Vargas:

A moderna industrialização brasileira teve seu impulso inicial através de dois atos de guerra. Getúlio Vargas impôs aos aliados, como condição de dar seu apoio em tropas e matérias-primas, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e a devolução das jazidas de ferro de Minas Gerais. Surgiram, assim, imediatamente após a guerra, dois dínamos da modernização do Brasil. Volta Redonda foi a matriz da indústria naval e automobilística e de toda a indústria mecânica (RIBEIRO, 1995, p. 201).

Portanto, foi em clima de pressões políticas “[...] por parte dos privatistas e dos porta-vozes dos interesses estrangeiros” (Ribeiro, 1995, p. 201), que o Brasil estabelece a industrialização de base. Em 1956, Juscelino Kubitschek⁷ é eleito presidente e continua o processo de industrialização do país, fortalecendo a indústria de base e substituindo as importações dos produtos manufaturados através do Plano de Metas⁸ que atraiu as multinacionais a implementarem suas subsidiárias no Brasil. Sobre isto, Ribeiro endossando Tavares complementa:

Para tanto, concedeu toda a sorte de subsídios, tais como terrenos, isenção de impostos, empréstimos e avais a empréstimos estrangeiros. O fez com tanta largueza, que muita indústria custou a seus donos menos de 20% de investimento real do seu capital (TAVARES, 1964, apud RIBEIRO, 1995, p. 202).

Dadas as condições políticas e econômicas necessárias para a instalação das grandes empresas privadas no Brasil (ênfase para as multinacionais), finalmente foi chegado o momento de o capitalismo industrial desenvolver-se no território brasileiro de modo notável e serão principalmente os artefatos industriais, bens de consumo seriados, frutos desse modelo econômico que permearam o imaginário e o dia-a-dia da grande maioria dos brasileiros até os dias presentes, por via da publicidade e do design.

4.1 O quadro social do Brasil recém-industrializado

O que ocorreu com as mudanças econômicas da metade século XX no Brasil causou novas dinâmicas no quadro social brasileiro. O monopólio das terras, a monocultura e a mecanização da produção agrícola promoveu o êxodo rural forçado em todo país, além disso, as famílias descobriram as novidades da industrialização dos centros urbanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, e depositaram suas esperanças nestas metrópoles que começaram a receber um número cada vez maior de interioranos:

No nosso caso [Brasil], as dimensões são espantosas [do êxodo rural], dada a magnitude da população e a quantidade imensa de gente que se vê compelida a transladar-se. A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões,

⁷ Nascido em 1916 em Diamantina, Minas Gerais, Juscelino foi médico e depois seguiu a carreira política tornando-se prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais antes de chegar à presidência do Brasil.

⁸ Segundo Silva: “O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados” (SILVA, 2017). Silva ainda coloca: “Para os analistas da época, o Brasil vinha passando, desde a década de 1930, por um processo de substituição de importações não-planejado, e a falta de planejamento seria a causa dos constantes desequilíbrios no balanço de pagamentos. O Plano de Metas pretendia suprir essa falta” (SILVA, 2017).

em 1980. Agora é de 110,9 milhões. A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,6 e é, agora, 35,8 milhões. Reduzindo-se, em número relativos, de 68,7% para 32,4% e para 24,4% do total (RIBEIRO, 1995, p. 198).

A cidade de São Paulo demonstrou números impressionantes, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): o número de habitantes, que contabilizava 240 mil em 1900, salta em 1950 para 2 milhões e 198 mil habitantes (RIBEIRO, 1995, p. 199). Comparada com as outras grandes cidades, São Paulo apresentou o maior inchaço populacional acentuado nestes 50 anos analisados, e não é por coincidência que seja a região do Brasil considerada o berço da industrialização que se fortificava já no início do século XX. O que ocorreu no Brasil, com as transformações deste período, foi a alteração da importância econômica do setor da indústria sobrepondo-se à agropecuária, e, que resultaria em avanços sociais de acordo com a economia clássica. No Brasil, entretanto, não funcionou bem assim, como aponta Furtado:

O Brasil é um caso à parte e os problemas sociais se agravam a cada dia. Quem observa o País se impressiona com esse quadro. O Brasil cresceu. Hoje em dia, é uma das dez maiores economias do mundo e tem um sistema industrial complexo. Mas, ao mesmo tempo, este País tem uma massa enorme de subempregados. A parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, senão o prioritário, de quem governa o Brasil (FURTADO, 2006, p. 13).

Portanto, muito diferente do que ocorreu a partir de meados do século XX, tanto na Europa Ocidental, quanto na América do Norte, em que vários países avançaram industrialmente e realizaram a “democratização dos bens de consumo”, onde a própria população pôde em modos gerais se beneficiar dos produtos produzidos pelas indústrias. No Brasil a grande população permaneceu restrita a subempregos incapazes de garantir que os cidadãos se beneficiassem do consumo de muitos objetos industriais como automóveis e eletrodomésticos produzidos no próprio país. Para deixar o quadro mais perverso, a publicidade alimentada nos periódicos impressos e mais adiante nos programas de rádio e televisão provocaria nestes subempregados e também desempregados, desejos de consumo capitalista dos artefatos industriais. E o design entraria também como mecanismo de desejo de consumo, sendo que essa gente marginalizada na sociedade permaneceria incapacitada financeiramente de adquirir muitos dos produtos e, assim, excluída socialmente da industrialização brasileira.

5 Hegel e os artefatos industriais

Apresentada a tríade dialética sociedade e sua capacidade criativa, artefatos e transformações tecnológicas; nestas inter-relações é notável a correspondência com um momento histórico da espécie humana que revela modelos sociais, políticos e econômicos e seus acúmulos de conhecimentos. A globalização neoliberal no século XX, representada principalmente pelas multinacionais, estabeleceu em território brasileiro, dentro da sociedade pós-Guerra, o palco de estudo que em efeito produziu como experiências a produção e o consumo dos objetos industriais globais, os bens de consumo hegemônicos. O Brasil, estruturado em uma sociedade escravocrata que, apesar da recém abolição⁹, continuou a estabelecer aqueles que são os privilegiados da inclusão social e os rejeitados. Absorve a globalização neoliberal de modo particular, provocando a continuidade e o aumento da divisão social, como demonstram os dados do IBGE do século XX, segundo Abreu:

⁹ O Brasil foi o último país das Américas em abolir por completo a escravidão de modo normativo através da Lei Áurea em 1888; a economia, a política e a sociedade colonial e imperial foram desenvolvidas sobre a base do regime escravocrata.

Dados sobre a evolução dos rendimentos médios reais indicam queda de 20% desde 1980. Dados sobre distribuição de renda são disponíveis desde 1960. Houve deterioração monotônica entre 1960 e 1990, especialmente na década de 1960 e mais modesta nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos de 1990, a tendência foi de leve recuperação mas insuficiente, por larga margem, para reverter a deterioração inicial (ABREU, 2006, p. 352).

Portanto, o desenvolvimento dos artefatos industriais não causou no Brasil amplas transformações estruturais e sociais como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, onde, de modo geral, grande parte das pessoas puderam consumir os produtos industriais devido às rendas salariais e à massificação da produção:

Por que o Brasil não reduziu o subdesenvolvimento, se o seu PIB cresceu 100 vezes no Século XX? [...] Esse país crescerá economicamente, mas não se transformará, ao contrário, se deformará. [...] As elites do Brasil vivem tão bem, ou melhor, do que as do chamado Primeiro Mundo. O subdesenvolvimento cria um sistema de distribuição de renda perverso, que sacrifica os grupos de renda baixa. Pois é inerente à economia capitalista a tendência à concentração social da renda. O processo competitivo da economia de mercado exige a seleção dos mais fortes, e os que vão passando na frente concentram a renda. Essa tendência pode ser corrigida pela ação das forças sociais organizadas, que levam o Estado capitalista a adotar uma política social. Na Europa, onde se criaram grandes sindicatos, a sociedade civil se modificou, evoluiu, e a própria luta social passou a ser um elemento dinâmico. Se a Europa avançou tanto não foi só porque cresceu economicamente, mas porque redistribuiu a renda, o que foi possível graças às pressões dos poderosos sindicatos (FURTADO, 2006, p. 16).

Voltando para a *Fenomenologia do Espírito*, o que se percebe, neste caso abordado, é um momento histórico de industrialização no Brasil reduzido em níveis de complexidade quando comparado aos processos na América do Norte e Europa Ocidental, pois a relação entre globalização neoliberal e sociedade brasileira da metade do século XX produzindo como experiência os artefatos industriais não foi capaz de superar o relevante paradigma da melhor distribuição de renda mesmo que a indústria passasse a sobrepor a agropecuária e o país enriquecesse notavelmente.

Ora, como Miranda (2013, p.98) coloca, só é possível avançar para a dialética das verdades quando se aprofunda as relações de sujeito e objeto no nível em que é viável ultrapassar os paradigmas, ou seja, “não é um entusiasmo que irrompe imediatamente com o saber absoluto¹⁰”, e neste caso, o Brasil não possuiu a capacidade de romper o paradigma no qual a industrialização enriquece o país e conseqüentemente produz uma melhor distribuição de renda capaz de tornar acessível os artefatos industriais, em modo geral, para a população. Sendo assim, ficou claro e evidente a incapacidade brasileira perante a desigualdade social. Pelo contrário, na verdade os artefatos industriais vão por consequência acentuar de modo perverso as diferenças sociais¹¹ e ao mesmo tempo provocar desejos inatingíveis de consumo em grande parte do povo brasileiro, composto, em amplo número, por subempregados e desempregados. Aqui desta análise, é possível entender o comportamento específico na sociedade brasileira em que é demasiadamente intensificado o tratamento a certo cidadão no âmbito social de acordo com a qualidade de objetos industriais que utiliza, ou seja, o poder de compra acentua o grau de simpatia ou antipatia com o qual uma pessoa deva ser tratada.

Finalmente, é possível analisar agora de modo mais aprofundado a relação dos objetos e as pessoas na visão hegeliana que Miller aborda e dentro desta proposta de estudo. Os artefatos industriais fazem parte do conjunto das coisas que compõem os ambientes, e os indivíduos das

¹⁰ O saber absoluto faz parte da fenomenologia do espírito e se localiza no final da dialética, ao mesmo tempo que representa os paradigmas já superados nas relações estabelecidas na tríade ele se direciona para as próximas superações. Portanto, ele está em constante aperfeiçoamento.

¹¹ De acordo com Adrian Fort os designs dos bens de consumo industrializados assumem o papel de categorização e diferenciação das classes sociais desde o século XIX (FORTY, 2007, p. 89-91).

sociedades contemporâneas, e, pode-se dizer, com grande relevância. E sendo a dialética hegeliana um fenômeno dinâmico, ao mesmo tempo em que as sociedades produzem os artefatos industriais estes também produzem os comportamentos nas sociedades. E no caso da brasileira, os artefatos, os bens de consumo, provocaram a acentuação do problema antigo estrutural de discriminação social e racial, pois, como Furtado colocou, o problema do Brasil, antes de ser político ou econômico, é cultural.

Sendo um país historicamente escravocrata, as relações de crueldade e discriminação dos senhores para com os escravos perpetuou de modo sofisticado e adaptado às transformações históricas do país. E, na metade do século XX, os objetos industriais produzidos no Brasil serviram em boa medida para provocar e enfatizar as distinções sociais, com uma notável perversidade em relação aos “novos escravos”, subempregados e desempregados que irão compor os crescentes subúrbios urbanos. Estes produtos industriais provocaram desejos inatingíveis de consumo nesses habitantes através dos designs sofisticados e das publicidades.

Se nos Estados Unidos os artefatos industriais provocaram a “democracia do consumo”, uma vez que a política econômica americana passou a funcionar por via do consumismo e que passou a ser de interesse nacional que a população consumisse os produtos fabricados em série. Isso garantiu de certa forma um pouco de inclusão social. Se na Europa Ocidental, de modo geral, os objetos industriais garantiram para os cidadãos uma melhor qualidade de vida, isto só foi possível pela força dos sindicatos e de leis trabalhistas que possibilitaram um avanço das políticas sociais e consequentemente melhor distribuição de renda. Portanto, fica claro que tanto na sociedade estadunidense quanto na europeia o design e a publicidade dos artefatos industriais não causaram tantas nocividades como na sociedade brasileira. Além disso, as relações entre a globalização neoliberal e as sociedades mais desenvolvidas economicamente provocaram rompimentos de paradigmas e avanços em relação ao saber absoluto dentro do contexto histórico da metade do século XX que significaram maiores emancipações sociais¹².

Contudo, a história não é tão simples e nem o pensamento de análise dever ser conclusivo sem mencionar que a sociedade estadunidense e a europeia ocidental obtiveram seus méritos econômicos e sociais em condições mais privilegiadas do que a sociedade brasileira. O que fará a diferença, nesta análise hegeliana, é o papel da globalização neoliberal em cada país no mundo, pois sendo as políticas do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, políticas econômicas desenvolvidas e norteadas principalmente pelos países da América do Norte e Europa Ocidental, seria evidente o favorecimento econômico destes nas transações internacionais causando vulnerabilidade na economia dos países que não fazem parte desse eixo. Furtado nos esclarece da seguinte forma:

O FMI é um fantasma usado por nações poderosas para que as indefesas não tenham uma política própria. Governar o Brasil é uma tarefa difícil, porque os meios de controlar a situação econômica e seguir uma determinada política são limitados. O País tem grandes possibilidades, mas é vulnerável no curto prazo. Bastam dois ou três boatos em Londres dizendo que o Ministro da Fazenda vai cair para o câmbio flutuar seriamente e abalar a taxa de juros (FURTADO, 2006, p. 21).

Essa vulnerabilidade econômica ocorreu em vários países da América Latina e não apenas no Brasil, o que provocou distinção no caso brasileiro os outros países foi a grande produção de riqueza brasileira. Do outro lado, houve a gigante desigualdade social que Furtado enfatiza novamente sobre as análises de dados do IBGE do século XX:

[...] por que o desenvolvimento brasileiro foi tão desigual? Por que existe essa injustiça tão profunda? O Brasil é um País com tantos recursos e com uma massa enorme de gente excluída. É uma profunda injustiça. O fenômeno da exclusão social é a questão que nós todos nos colocamos. Já ninguém se satisfaz com meias medidas. Há uma enorme preocupação com o problema da fome e da exclusão social. O Brasil criou uma elite capaz, investiu na classe média alta, mas investiu muito pouco no povo. Temos

¹² Fazendo uma analogia, é possível comparar com a dialética hegeliana entre o senhor e o escravo que resultaria em um impulso de liberdade.

então essa massa desvalida, sem o mínimo necessário para exercer a sua cidadania. Um país como o Brasil tem sempre problemas novos, pois está em formação (FURTADO, 2006, p. 23).

Hegel apresenta a noção de que o caráter de formação cultural, *bildung*, aponta o caminho da construção da razão para ir ao encontro de fins emancipadores e somente é possível chegar a estes fins através do entendimento de que ao avançar no conhecimento do objeto chega-se ao ponto de reconhecimento no outro, outro sujeito, sobre o que o sujeito, ele próprio, é, “a consciência-de-si alcança a sua satisfação somente numa outra consciência-de-si” (HEGEL, 2014, p.19), este é o ponto de alteridade e rompimento da infelicidade na teoria hegeliana que é difícil perceber em prática no contexto neoliberal brasileiro. Foi acentuada as desigualdades de rendas, mesmo com o país enriquecido. A dialética nos leva a entender que, enquanto existir misérias em demasia a felicidade está distante de qualquer um que avance no conhecimento de si mesmo e do mundo.

6 Considerações finais

A tríade (sociedade e sua capacidade criativa, artefatos e transformações tecnológicas) no contexto social e histórico brasileiro analisado apresentou incompletude em seu movimento dinâmico de superação. Porque o paradigma das emancipações sociais suplantado em outros países industrializados não ocorreu no Brasil mesmo com a industrialização e enriquecimento, o que revelou uma continuidade do processo de desigualdade e exclusão social que impossibilitou ao corpo social brasileiro o acesso aos artefatos industriais de modo equiparado. Por mais que o Brasil tivesse se transformado tecnologicamente e a sociedade desdobrasse sua capacidade criativa industrial, uma notável parcela social manteve-se restrita aos bens materiais ofertados no país. É possível dizer que o design industrial permaneceu em boa parte dentro de uma estufa para aqueles que haviam condições de adquirir os bens ao mesmo tempo em que a publicidade divulgava a existência destes de forma amplificada. Criava desejos e impossibilidades ao mesmo tempo.

O Brasil é um país que historicamente possui dificuldades para resolver problemas estruturais mesmo quando há possibilidades financeiras para fazê-los. Após a abolição da escravidão não houve projetos políticos para a inserção do contingente populacional de alforriados dentro da sociedade, a democratização das terras e da imprensa são pautas políticas que permanecem sem grandes soluções até os dias de hoje. Mattos afirma no filme *A última abolição* (2018) que o Brasil é um país de contrabandistas, nasce desta forma e perpetua este modo de agir (A Última Abolição, 2018). O que a aplicação da *Fenomenologia do Espírito* apresenta neste artigo é uma elucidação destas questões estruturais brasileiras que causam um desequilíbrio social, uma noção de incompletude, e fizeram com que a industrialização na segunda metade do século XX tornasse uma ação de benefício para poucos e provocaria perversidade para muitos.

A Europa Ocidental precisou vivenciar duas grandes guerras para que seus países voltassem para a solução das questões sociais, os Estados Unidos enfrentaram uma intensa guerra civil para redefinir parâmetros que favorecessem o desenvolvimento do capitalismo industrial e a abolição da escravidão. O Brasil, que apesar de adotar políticas coerentes no campo econômico que causaram o enriquecimento da nação, ainda precisará vivenciar o caos e a destruição de uma guerra generalizada para se reestruturar socialmente? Como é possível alterar estruturas arcaicas de pensamentos e adotar medidas e projetos que amplifiquem a cidadania e diminuam a desigualdade social?

Retornando a Hegel para essas questões, o conhecimento que vai além dos paradoxos causa estes rompimentos sejam através da ciência ou da sociedade organizada, ou ambas, a busca da verdade ou a ação da consciência sobre o objeto ou o sujeito promovem as transformações reais na visão hegeliana.

Industrial artefacts under Hegelian dialectics

Abstract:

This paper develops an analysis of industrial artifacts in Brazil from the second half of the twentieth century. Uses the Phenomenology of the Spirit, theory of the philosopher G. W. F. Hegel, as a method. Hegelian dialectic is structured under the triad: society and its creative capacity, artifacts and technological transformations. Then it goes through the historical analysis of the studied context, and the ethical analysis. This historical dialectical experimental process has reached a level of complexity, resulting and revealing structural problems in Brazilian industrialization that refer to previous problems linked to the marginalization of part of the population. As design is a multidisciplinary field, the paper proposes the interaction between industrial artifacts and a philosophical theory in order to expand the discussion on industrial objects and access to consumption in the context of Brazil after the Second World War.

Keywords:

Phenomenology of the Spirit; artifacts; industrialization; Hegel; Brazil

Referências bibliográficas

- ABREU, M. P. O Brasil do Século XX: a economia, in: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Estatísticas do Século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: CDDI, v. I, 2006.
- A ÚLTIMA ABOLIÇÃO. Direção: Alice Gomes. [S.l.]: [s.n.]. 2018.
- CARDOSO, R. **Uma Introdução à História do Design**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2000.
- CARDOSO, R. Design, cultura material e o fetichismo dos objetos. **Arcos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1998.
- FERREIRA, F. G. A dialética hegeliana: uma tentativa de compreensão. **Estudos Legislativos**, Porto Alegre, v. VII, p. 167-184, 2013.
- FORTY, A. **Objetos de Desejo**: design e cosiedade desde 1750. 1. ed. São Paulo: Casac Naify. v. I, 2007.
- FURTADO, C. O Brasil do Século XX: entrevista com Celso Furtado, in: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Estatísticas do Século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: CDDI, v. I, 2006.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 9. ed. Petrópolis: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.
- MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.
- MIRANDA, M. L. Filosofia, Saber Absoluto e Ciência: da Fenomenologia do Espírito à Ciência da Lógica. **Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. IV, n. 2, p. 96-117, Outubro, 2013.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, v. I, 1995.
- SANTOS, B. D. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. I, 2002.
- SANTOS, J. H. Rememorando a Fenomenologia do Espírito. **IHU On-Line**, São Leopoldo, n. 217, p. 05-10, Abril, 2007.

SILVA, S. B. D. O Governo de Juscelino Kubitschek. **Fundação Getulio Vargas**, 2017. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 8 Novembro 2018.